



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Linha de pesquisa:

Espaço Agrário: Reorganização Espacial E Relações De Trabalho

VANESSA ASSIS DE SOUZA

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE
LAGOA D'ANTA/RN: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE APOIO À
AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO SINDICALISMO RURAL**

**GUARABIRA/PB
2018**

VANESSA ASSIS DE SOUZA

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA
D'ANTA/RN: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA
FAMILIAR POR MEIO DO SINDICALISMO RURAL**

Monografia apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba Campus III- Guarabira (PB), para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

**GUARABIRA/PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719s Souza, Vanessa Assis de.
Sindicato dos trabalhadores rurais do município de Lagoa D'Anta/RN: [manuscrito] : uma análise das políticas à agricultura familiar por meio do sindicalismo rural / Vanessa Assis de Souza. - 2018.
44 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Coordenação do Curso de Geografia - CH."

1. Sindicalismo Rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Políticas Públicas.

21. ed. CDD 335.82

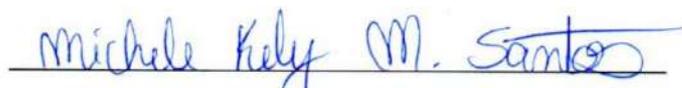
VANESSA ASSIS DE SOUZA

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lagoa d'Anta/RN: Uma
análise das Políticas de apoio à Agricultura Familiar por meio do Sindicalismo
Rural**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Doutor em Geografia pela UFRN
(Orientador)



Prof^a. Msc. Michele Kely Moraes Santos (UEPB)
Mestre em Geografia pela UFPE
(Examinadora)



Prof. Belarmino Mariano Neto (UEPB)
Doutor em Sociologia pela UFCG
(Examinador)

Aprovado em 14 / 06 / 2018

GUARABIRA/PB
2018

Dedico este trabalho a todos os membros e associados do STRAF do município de Lagoa d'Anta, personagens que me inspiraram para a execução desta pesquisa. Também aos meus colegas de curso que durante estes anos estiveram comigo, persistindo e insistindo em prol do mesmo objetivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e de poder ter chegado tão longe, somente Ele poderia ter me feito perseverar através da fé e me feito chegar até aqui.

Agradeço também aos meus familiares que torceram a todo instante por mim, me dando força, contribuindo para que hoje eu tenha concluído mais esta etapa em minha vida. Agradeço ao meu esposo por ter sido paciente e juntamente comigo ter galgado todas as etapas do curso até sua conclusão final.

Quero agradecer também ao meu orientador, o Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues pelas sábias orientações que me fizeram concluir este trabalho.

Por fim agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este resultado. Agradeço a todos os membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa d'Anta do qual fiz parte e que me ajudaram na realização desta pesquisa aqui exposta.

043. Curso Licenciatura Plena em Geografia

Vanessa Assis de Souza. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lagoa d'Anta/RN: Uma análise das Políticas de apoio à Agricultura Familiar por meio do Sindicalismo Rural.** Artigo de trabalho de Conclusão de curso (Curso de Geografia, UEPB, na linha de pesquisa: Espaço Agrário: Reorganização Espacial e Relações de Trabalho, orientado pelo Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues. 2017, 44 p.)

Banca examinadora:

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – Examinador- UEPB

Prof^ª. Ms. Michele Kely Moraes Santos – Examinadora- UEPB

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as políticas sindicais que visam apoiar a agricultura familiar, tendo um papel de importância para o desenvolvimento e sustentabilidade do trabalhador e trabalhadora rural no município de Lagoa d'Anta – RN. O presente texto traz em sua pauta o processo de atuação do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa d'Anta. Sabemos que agricultura familiar é a grande responsável pelo abastecimento alimentar tanto no meio rural, como também no meio urbano em todas as regiões do país. Desta forma, ao analisar documentos como livros ata, fichas dos associados e diálogos com membros do órgão em destaque, teremos base como método da nossa abordagem aqui expressa. Somente através do incentivo e o acesso à informação, aliados com uma assistência técnica que valorize o trabalhador rural, haverá mais fortalecimento para os agricultores e agricultoras permanecerem no campo. Tratamos aqui o papel desempenhado com vistas à uma categoria que tem seus direitos restritos ou ainda distantes de sua realidade desde seu surgimento até sua consolidação com órgão ativo e participativo. A participação política dessa instituição se evidencia através em sua representação assistencialista, com a intenção de melhorar os resultados na busca por satisfação e reconhecimento social.

Palavras-chave: Sindicalismo Rural, Agricultura Familiar, Políticas Públicas

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze union policies that aim to support family farming, having a role of importance for the development and sustainability of rural workers in the municipality of Lagoa d'Anta - RN. The present text includes in its agenda the process of action of the Rural Workers 'and Farmers' Union of Lagoa d'Anta. We know that family farming is responsible for the food supply both in rural areas and in urban areas in all regions of the country. In this way, when analyzing documents such as minutes, minutes of the associates and dialogues with members of the organ in focus, we will have basis as a method of our approach here expressed. Only through encouragement and access to information, coupled with technical assistance that values the rural worker, will there be more empowerment for farmers to stay in the field. We deal here with the role played with a view to a category that has its rights restricted or still distant from its reality from its emergence to its consolidation with an active and participative organ. The political participation of this institution is evidenced through its assistance representation, with the intention of improving the results in the search for satisfaction and social recognition.

Key words: Rural Syndicalism, Family Agriculture, Public Policies

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Vista aérea do centro da cidade de Lagoa d'Anta	14
Imagem 2: Comissão Jovem participando do ENFOC	25
Imagem 3: Representatividade feminina na diretoria do STRAF	30
Imagem 4: Comissão Jovem no seminário em prol da sucessão rural	32
Imagem 5: Membros do STRAF na Marcha das Margaridas (2015)	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de cabeças por rebanho.....	15
Tabela 2: Quantidade Produzida em toneladas de mandioca	16

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTRAF - Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DNTR - Departamento Nacional Dos Trabalhadores Rurais

ENFOC - Escola Nacional de Formação

FETAG - Federações de Trabalhadores na Agricultura

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural

GES - Grupo de Estudo Sindical

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MTE - Ministério do Trabalho em Emprego

PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PCB - Partido Comunista do Brasil

PNF - Política Nacional de Formação

PPP - Projeto Político Pedagógico

Pronacampo - Programa Nacional de Educação no Campo

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SAR - Serviço de Assistência Rural

STR - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

STRAF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

STTR - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UGT - União Geral dos Trabalhadores

ULTAB - União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA D'ANTA/RN	14
3 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO SINDICALISMO RURAL NO BRASIL .	18
4. A CONSOLIDAÇÃO DO SINDICALISMO RURAL RIO GRANDE DO NORTE	22
5 A AÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS E SUA IMPORTÂNCIA	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

As políticas que visam o desenvolvimento rural para a agricultura familiar têm sido evidenciadas nas últimas décadas. Em meados da década de 1990, começa a ocorrer o processo de reconhecimento das instituições que apoiam a agricultura, a criação de políticas públicas específicas para a categoria com intuito de gerar estímulos para os agricultores como ressalta Picolotto (2012, p. 159):

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995), secretarias de governo orientadas exclusivamente para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar, criada em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998). Promulgou-se a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006) que reconheceu oficialmente a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar (como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF).

A representação no cenário político é precedente para um bom resultado dos anseios de quem se representa. Reivindicar por linhas de crédito mais acessível para os produtores rurais, tecnologia, entre outros, são base para a sustentabilidade da produção na agricultura familiar. Percebe-se que mesmo diante dos avanços obtidos através das lutas por parte dos sindicalistas, atualmente, ainda existem muitas dificuldades, o processo ainda lento, deixa muitos agricultores fora da obtenção de alguns benefícios que se tem direito. Desta forma nota-se uma vontade por meios dos envolvidos nas ações políticas do sindicato aqui estudado em estabelecer melhores resultados juntos aos associados.

Assim, pretende-se analisar como se desenvolve as ações sindicais, uma vez que, como protagonista dessas ações e percebendo uma vontade de colaboração junto aos demais membros do STRAF (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agricultores e Agricultoras Familiares) de Lagoa d'Anta/RN, visando um aprofundamento nas questões relacionadas a representatividade, as principais lutas, reivindicações e projetos de desenvolvimento para a agricultura familiar no Brasil. Deste modo o trabalho contextualiza as políticas voltadas aos agricultores familiares a nível nacional, estadual e local.

Desta forma esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise de como são feitos os procedimentos de inserção das políticas públicas voltadas ao agricultor rural no STRAF de Lagoa d'Anta/RN, bem como as maneiras que se desenvolvem as ações pertinentes ao sindicalismo rural. Entender as etapas que levam um agricultor ou agricultora procurar auxílio junto a um sindicato para obter representatividade junto aos órgãos estaduais e federais, traçar estas etapas para estabelecer as condutas que pertencem as diversas áreas deste seguimento, e que estão interligadas entre si: Sindicato, CONTAG, FETARN, CUT, os diversos meios de representação que possam estar auxiliando o agricultor e agricultora.

Ao analisar os procedimentos adotados na execução dos papéis estabelecidos para atuação do sindicato aqui estudado, compreenderemos as políticas de desenvolvimento rural que nos fará refletir como estão se desenvolvendo o desempenho deste órgão, que se compromete a liderar as lutas e reivindicações como categoria sociopolítica. Assim poderemos entender as formas adotadas nos âmbitos locais para levar ao associado e produtor da agricultura familiar, as mais variáveis possibilidades que fazem com que estes possam permanecer e obter também os benefícios assegurados para o produtor rural.

Ao traçar os objetivos deste estudo, adotamos como método exploratório o estudo caso, fazendo análises de fontes bibliográficas já existentes para este tipo de abordagem, documentos do órgão estudado, livros Ata que trazem consigo os registros das pautas levantadas, seja pela direção ou por órgãos externos e até pela classe representada, ficha de matrícula dos associados que nos traz informações relevantes acerca de número de associados, quantos são homens e mulheres e também faixa etária o que nos permitirá obter juntamente com relatos dos membros sindicais e participação direta minha, as informações destacadas aqui.

Teremos assim, uma base teórica para desenvolver as questões colocadas neste trabalho e abordar os temas decorrentes que colocam em foco a atuação do órgão em questão, juntamente com o município em que este atua, bem como ocorre auxílio dos dirigentes em nível estadual e nacional. O trabalho está estruturado em seis itens, a primeira é esta breve introdução, no segundo item se irá fazer uma apresentação do município de Lagoa D'anta em suas principais características, fazendo uma explanação acerca de sua população, economia e principais produtos agropecuários.

No terceiro capítulo trataremos do surgimento do sindicalismo rural no Brasil, os meios pelos quais percorreram e como se concretizou até então as lutas pertinentes a classe trabalhadora rural e para a agricultura familiar.

A consolidação do sindicalismo rural no estado do Rio Grande do Norte será abordada no quarto capítulo, etapa importante para os agricultores e agricultoras desta região e para o município de Lagoa d'Anta, onde está o foco deste trabalho.

No quinto capítulo trataremos das ações dos sindicatos rurais e suas importâncias para os associados que buscam estes sindicatos para obterem através deles representatividade e voz, além de reforçar as lutas por melhorias para o trabalhador e trabalhadora rural, onde está a atuação do sindicato rural de Lagoa d'Anta e as políticas desenvolvidas por este sindicato.

Por fim concluiremos nosso estudo, onde iremos expor nossas considerações finais, afim de relatar tudo o que discorreremos neste trabalho bem como os resultados da nossa pesquisa afim de salientar o que propomos com nosso objetivo inicial. Deste modo almejamos que este estudo possa contribuir com análises semelhantes que possam surgir a posteriori, e que visam a produzir conhecimentos e estudos sobre as políticas e desenvolvimento para o trabalhador rural.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA D'ANTA/RN

De acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2010), o município de Lagoa d'Anta/RN fica situado na Região geográfica intermediária de Natal e na Região geográfica imediata de Santo Antônio-Passa e Fica-Nova Cruz, limitando-se com os municípios de Santo Antônio, São José do Campestre Passa e Fica, Nova Cruz e Serra de São Bento, sua área abrange 105,652 km². A sede do município tem uma altitude média de 154m, distando da capital cerca de 121 km, sendo seu acesso, a partir de Natal, efetuado através das rodovias pavimentadas BR-226, RN-093 e RN-001. Com uma população estimada em 2017 de 6.793 habitantes (IBGE, 2018).

Elevado à categoria de município com a denominação de Lagoa d'Anta, pela lei estadual nº 2788, de 11-05-1962, desmembrado de município de Nova Cruz.. Constituído do distrito sede. Instalado em, 30-03-1963. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede (IBGE, 2010). O crescimento da população na região se deu no final do século XVIII com o aparecimento de fazendas de gado instaladas à beira de lagoas.

A povoação do município é recente, com impulso no século XX, mais precisamente no governo de Ferreira Chaves (1914-1919) ou no final do governo de Alberto Maranhão (PREFEITURA DE LAGOA d'ANTA, 2013), com a construção de estradas articulando os lugares mais povoados com aqueles que se firmaram na rede urbana de Lagoa d'Anta-RN.



Imagem 1: Vista aérea do centro da cidade de Lagoa d'Anta/RN.
Fonte: Blog Lagoa d'Anta em Foco

A partir de então o desenvolvimento do município foi impulsionado com a construção de estradas integrando o município de Nova Cruz-RN, ao qual Lagoa d'Anta pertencia, e a outras cidades do Rio Grande do Norte. A história do município contada pelos munícipes difere da registrada no IBGE, que atribui o nome do município ao topônimo legitimamente português D'Anta referindo a Lagoa, enquanto para os mais antigos, a grande lagoa, até hoje existente na qual havia várias antas denominada Lagoa das Antas.

A área de estudo possui o clima quente e semiárido, com período de chuvas entre março a julho. O município encontra-se com 100% do seu território inserido na Bacia Hidrográfica do rio Jacu. Tendo como principais Riachos: Umbuzeiro, do Ique-Ique, João Gomes e as Lagoas: da Carnaúba, do Chico, do Pedro, do Riacho. O município não dispõe de mananciais com qualidade e quantidade que permitam a implantação de obras de abastecimento. Portanto faz-se necessário o beneficiamento de oferta de água através do Sistema Adutor Agreste/Trairí/Potengí, que tem como objetivo o abastecimento humano e animal.

Ainda de acordo com o IBGE (2010) o município de Lagoa d'Anta possui um índice de desenvolvimento humano (IDHM) de 0,601, ocupando no ranking dos municípios brasileiros a 4123ª posição. O município tem como principais fontes de renda o serviço público através do pagamento de servidores e aposentados. A segunda maior fonte de renda é a agropecuária, tendo a criação de gado bovino, suíno e caprino em maior escala. Os dados do IBGE informam que o município possui 96,9% de suas receitas oriundas de fontes externas, e comparando com outros municípios com mesmo porte, que sem o auxílio dessas receitas provenientes dos recursos federais através da prefeitura, aposentadorias e pensões, o município não se sustentaria apenas com a agropecuária.

Podemos perceber na tabela abaixo que nos últimos anos o percentual de rebanho no município se manteve praticamente o mesmo:

Tipo de Rebanho	2014	2015	2016
Bovino	1.963	1.904	1.790
Suíno	643	642	655
Caprino	999	992	1.010

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2014, 2015, 2016)

Essa inalteração do percentual de rebanhos se dá pelo fator de produção local, que favorece apenas a criação em maior escala destes rebanhos. Podemos identificar que a criação de gado bovino teve uma queda, que ao longo dos anos vem sofrendo, principalmente pela falta de pastagem e água de qualidade para ofertar ao gado, uma vez que a salinização do solo vem aumentando nas últimas décadas, tornando tanto o solo com as diversas lagoas presentes no município salgadas, reflexo das baixas pluviosidades, o que torna difícil a criação de gado bovino pelo maior grau de valor agregado.

O município possui uma população urbana em 3 982 e rural de 2 245, se destaca na produção de mandioca, praticamente único meio de produção de suas lavouras, em média de 8 mil toneladas ao ano e criação de gado bovino, caprino e suíno, ocorrendo de forma menos concentrada a cultura de outros cereais. Boa parte da população do município de Lagoa d'Anta encontra na produção de mandioca sua principal fonte de renda, mesmo para os moradores da zona urbana. Por se tratar de um pequeno município grande parte dos moradores da área urbana possuem plantações na área rural, seja em domicílios próprios ou arrendados.

A cultura da mandioca é a principal fonte de renda, sendo o município considerado a terra da mandioca, pelo grande número de residências rurais que cultivam esta planta (tabela 2). As demais fontes de renda são obtidas através dos serviços públicos junto a prefeitura, pequenos comércios, pensões e aposentadorias, principalmente obtidas através do meio rural.

Tabela 2: Quantidade Produzida em toneladas de mandioca

Ano		
2014	2015	2016
7.500	15.000	2.250
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2014, 2015, 2016)		

Como vemos, nos últimos anos houve uma variação na produção da mandioca, esse é o reflexo da falta de chuvas na região do agreste Potiguar, que tem feito com que o pequeno agricultor tenha colhido menos nos anos de 2014 e 2016 e mais em 2015. Além da falta de chuvas, o valor oferecido pelo produto

também diminuiu o que fez com que fosse plantado menos nestes anos. O município chegou a produzir 117,000 (cento e dezessete mil toneladas) em 2005.

Com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 52% da população nessas condições, o que o colocava na posição 41 de 167 dentre as cidades do estado e na posição 990 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2015). Em 2015, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.1%. Em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 6098.10. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 155 de 167, (IBGE, 2010).

3 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO SINDICALISMO RURAL NO BRASIL.

No Brasil os sindicatos são legalizados a partir do Decreto nº 979 de 1903, nessa época o trabalho rural era predominante no país que começava a se industrializar. Da década de 1940 surgiram as primeiras organizações de trabalhadores do campo, (THOMAZ JÚNIOR, 1998), validado pelo decreto do então Presidente Getúlio Vargas Decreto-Lei Nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Podendo haver sindicatos para empregadores e empregados. A partir daí começou a ver um forte interesse por parte dos empregados e empregadores quanto as suas representações, neste início os sindicatos têm apenas uma função assistencial.

Neste sentido Vianas diz que:

As organizações que surgiram de sindicato apenas possuíam o rotulo. Entre os trabalhadores do campo não existia uma base intelectual que lhes assegurasse capacidade para se organizar e, além disso, estavam economicamente subjugados aos senhores da terra, que não hesitavam em mandar embora os que tivessem coragem de reclamar qualquer medida em seu benefício, já que direitos não existiam consagrados em textos de lei. (VIANAS, 1981p. 958).

Assim se inicia no Brasil uma corrente de lutas e conquistas, visando uma estruturação adequada e melhor distribuição de renda. A luta pela reforma agrária é pauta das lutas e têm como objetivo dar vez a todos àqueles que veem na terra fonte para seu sustento. Desse modo há uma busca pela interação da família nessa luta, uma vez que a permanência do homem no campo e a sucessão rural são fundamentais para a sustentabilidade dessas famílias, fator que vem mudando nas últimas décadas como diz Balsadi:

Nas regiões de "agricultura familiar consolidada", a externalização tem um papel complementar e o uso de tarefas externas centra-se em trabalhos com máquinas especializadas modernas, pois o equipamento mecânico básico é de propriedade dos agricultores. Finalmente, nas regiões de grandes explorações, o processo de externalização visa, principalmente, a mecanismos de gestão da força de trabalho e de redução do emprego assalariado permanente nas explorações. É bastante comum a existência de trabalho precário nas empresas de serviços contratadas para esse fim. No Brasil, as cooperativas de trabalho são um bom exemplo da manutenção de condições precárias e da não-extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais. BALSADI (2001, p. 162).

As Ligas Camponesas nasceram como Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco 1º. de janeiro de 1955; a CONTAG surgiu através da

disputa e negociações de cúpula entre lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCB), lideranças conservadoras da Igreja católica e Ação Popular, criada em 1963.

A partir da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT sistematizou uma série de normas acerca da organização dos sindicatos, enunciadas a partir dos anos de 1930. O processo de sindicalização rural, sob a tutela do Ministério do Trabalho, ocorreu, porém, somente nos anos de 1960. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) – representantes oficiais dos, respectivamente, proprietários e trabalhadores agrícolas – foram criadas em janeiro de 1964 e regidas por uma legislação específica: o Estatuto do Trabalhador Rural.

Foi então que a história do Sindicalismo Rural ganhou forças e foi marcado pela busca da reforma agrária, fato que marcou a política nacional. Surgiram então com bastante força novos atores envolvidos pela luta da terra tais como: o Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Departamento Nacional Dos Trabalhadores Rurais (DNTR), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçando a questão agrária no Brasil. “Os congressos de trabalhadoras e trabalhadores rurais continuaram colocando a bandeira da reforma agrária entre suas prioridades, mas houve uma mudança no processo de mobilização e luta” (SAUER, 1999, p. 18).

Somente em 1996 com o decreto nº 1.946, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e a formulação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que os produtores familiares rurais puderam dispor de um programa voltado para o seu favorecimento, de fato. Das organizações sociais rurais contemporâneas, que lideraram lutas de resistência política, desde meados do século XX, duas foram mais importantes: as Ligas Camponesas e o Sistema CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões. Homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores (as) familiares, acampados (as) e assentados (as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. A CONTAG é referência no país na luta pela construção de uma sociedade mais justa,

democrática e igualitária; e na defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Nesta mesma linha de pensamento outras entidades estão surgindo para este embate, fazendo contraponto as reivindicações e lutas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em 2004 foi fundada a FETRAF-BRASIL/CUT - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, em Brasília no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar. Atualmente a FETRAF-BRASIL/CUT se chama CONTRAF BRASIL (Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil). Organizada em 18 Estados, com mais de 600 Sindicatos e Associações sindicais em mais de 1000 municípios em todo o Brasil, com aproximadamente 500 mil agricultoras e agricultores associados.

No Nordeste a maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), foi criada durante o regime militar. Depois da constituição federal de 1988 foram observados alguns avanços referentes aos direitos sindicais tais como liberdade para formação de Sindicatos legalização com isso o crescimento que vemos hoje.

De acordo com Lazzaretti e Sabourin (1999):

Podem ser distinguidas duas principais origens aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Nordeste: as lutas trabalhistas e fundiárias dos assalariados, mas sobretudo dos parceiros (moradores, meeiros e arrendatários) e, por outra parte, os programas de assistência social e médica promovidos pelo estado. (LAZZARETTI; SABOURIN, 1999, p. 5-6).

A igreja Católica também teve forte influência na formação de Sindicatos de trabalhadores rurais no Nordeste e também na Paraíba exemplos Lagoa Seca no Brejo da Paraíba e em Campina Grande, a igreja tinha relações diretas com o meio Rural onde tinha gerado diversos sindicatos Rurais (LAZZARETTI; SABOURIN, 1999, p. 2).

Somente a partir dos anos 1980 as transformações políticas começaram a serem vistas intensamente. Com o surgimento das Federações dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGs) de cada estado, foi um ponto positivo para a reorganização das entidades sindicais, fato que contribuiu para a mobilização dos trabalhadores rurais. Assim se consolidou uma articulação Nacional de movimentos sociais e organizações as lutas dos Trabalhadores Rurais as mobilizações em busca dos direitos garantidos e constatados pela constituição de 1988, uma luta que ainda está

longe de terminar, uma vez que no que se refere às lutas agrárias, este campo necessita de muitas batalhas e investidas em busca de paridade trabalhista.

A partir de então várias atividades foram desenvolvidas para essa reorganização de sindicatos uma delas foi à criação do programa de assistência ao trabalhador rural financiada pelo Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Desta forma podemos observar que a participação social dentro dos movimentos sindicais embora não tão comuns tenha levado o processo e articulações que vemos hoje ligados a questões sociais culturais políticas ambientais e as relações sociais de gênero e raça.

Como destaca Sauer (1999, p.7):

O programa de modernização agrícola do governo militar pós-1964 tinha como objetivo aumentar a produção através da industrialização da produção agrícola e abertura de novas áreas através dos projetos de colonização nas Regiões Norte e Centro Oeste do Brasil. As demandas sociais por reforma agrária foram enfrentadas através de mecanismos de repressão política, edição do Estatuto da Terra e criação dos projetos de colonização.

A partir de então com reconhecimento oficial por parte do governo de João Goulart, as entidades sindicais de trabalhadores rurais começam a se expandir, agora amparado. Com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) em 11 de outubro de 1962, tinha a intenção de promover e organizar associação as associações de pequenos agricultores e Trabalhadores Rurais.

4. A CONSOLIDAÇÃO DO SINDICALISMO RURAL RIO GRANDE DO NORTE

A partir dos movimentos sociais iniciados nos anos de 1950 vários estados se movimentaram para iniciar a mobilização através de associações e sindicatos buscando assim uma luta efetiva para garantir os direitos da Agricultura Familiar. A Igreja Católica desempenhou uma fundamental importância na luta pela classe trabalhadora rural, através de seus setores progressistas que visavam uma aversão ao atual quadro de injustiça social.

A preocupação dos segmentos progressista da Igreja Católica estava e influenciar educativamente o meio rural evidenciando o quadro de miséria e alto índice de analfabetismo da população rural. De acordo com Cruz (1982, p.53):

[...] nos anos 50, com as mudanças ocorridas no cenário mundial em termos políticos e econômicos, que afetaram internamente a instituição, a igreja de sinais dessas mudanças, marcando essa etapa do seu novo caminhar a carta pastoral de D. Inocêncio Engelk, que entre outras coisas, fazia um apelo dramático, alertando para a questão do campo. Denunciado no documento a pobreza e a miséria do meio rural definindo uma ação social.

O Rio Grande do Norte constitui-se assim um dos primeiros estados brasileiros a iniciar o processo de sindicalização os trabalhadores rurais com apoio decisivo da igreja católica. De acordo com Silva (2006), em 1949 foi criado o Serviço de Assistência Rural (SAR), por Dom Eugênio de Araújo Sales, administrador apostólico da arquidiocese de Natal com o objetivo principal da coordenação e execução da ação socioeducativa da igreja no meio rural. Destaca-se nesse contexto em 1951 as missões rurais conhecidas também por Semanas Rurais.

A organização sindical tem origem inicialmente sob o apoio de diversas forças políticas e sociais, como o Partido Comunista Brasileiro – PCB e a Igreja Católica (SILVA, 2006). Antes que os sindicatos de trabalhadores rurais viessem existir, organizações se expressavam através das Ligas Camponesas, Associações de Produtores, União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas – ULTAB, que foi criada no final da década de 1950 com o objetivo de representar o PCB, (MEDEIROS, 1989).

Segundo Cruz (1982, p. 51), para o PCB:

[...] A reforma agrária seria o elo de unidade entre o campo e a cidade, elo de unidade de luta através da aliança – operário – camponesa.

Para tanto seria necessário fortalecer a organização sindical, por meio da qual se encaminharia a luta pela terra [...]

No Rio Grande do Norte, predomina os sindicatos fundados sob a orientação da Igreja Católica. O primeiro sindicato foi o do Município de Serra Caiada, o qual abrangia os municípios de Boa Saúde, Tangará, Lajes Pintadas, Coronel Ezequiel, São Bento do Trairi, Santa Cruz, Senador Eloy de Souza; em seguida foi a vez do sindicato trabalhadores rurais São Paulo do Potengi, fundado no dia 20 de novembro de 1960 pelo Padre Exedito Sobral de Medeiros, abrangendo os municípios de São Tomé, Bom Jesus, Lagoa de Velhos, Barcelona, Rui Barbosa, Riachuelo, São Pedro e Ilmo Marinho, reconhecido em 13 de Maio de 1962, sendo o primeiro a ser reconhecido oficialmente. (DUTRA 2003).

Antes de se tornar um sindicato rural independente, o atual sindicato rural de Lagoa d'Anta atuava como delegacia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cruz desde 1976. O sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Cruz foi fundado em 01 de maio de 1961, sindicato este que esteve filiado à Central Única dos Trabalhadores – CUT, até 2013, a partir de então sendo filiada à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras – CTB. Até 2001 existia em Lagoa d'Anta apenas um local para um pré-atendimento nessa época os associados procuravam a representante que atendia em sua casa, onde era ajuntado todas documentações e tramites para as necessidades buscadas pelos associados, só então uma ou duas vezes por mês esses documentos eram encaminhados para o sindicato em Nova Cruz.

Durante muito tempo as pessoas que buscavam algum auxílio junto ao sindicato rural, sofriam com a demora nos processos, devido a essa distância entre a delegacia do sindicato em Nova Cruz. Outro fator que causava espera era a falta de recursos da informatização, os atendimentos eram feitos através de marcações presenciais junto ao INSS, depois voltava para o atendimento, só então por volta de dois a três meses se obtinha alguma resposta, que para o caso de aposentadoria podia demorar até três anos. Só em 2001, por vontade do então prefeito Germano Targino, houve o desmembramento do Sindicato Rural de Nova Cruz, passando a atuar com autonomia em Lagoa d'Anta, quando ocorreu sua fundação.

Criado em 27 de maio de 2001, após passar por mudanças documentais, agora com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa d'Anta/RN, o sindicato rural de Lagoa d'Anta tem

contribuído para o auxílio às políticas públicas voltadas ao camponês local. O município de Lagoa D'Anta caracteriza-se economicamente por meio rural, com uma população estimada em 6.692 habitantes (IBGE, 2015), sua base de cultura é principalmente voltada à monocultura da mandioca, fonte de renda de grande parte da população.

As políticas desenvolvidas pelo sindicato no âmbito da Agricultura Familiar são:

- Educação no Campo;
Junto a CONTAG com o GES - Grupo de Estudo Sindical, e ENFOC - ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO, Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, um dos espaços formativos que compõe a Escola Nacional de formação sindical, é alicerçado pela Política Nacional de Formação - PNF e pelo Projeto Político Pedagógico – PPP, que tem o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS, como referencial político. Com objetivo de promover na base sindical o debate sobre o espaço rural e o universo do sindicalismo: as lutas, as conquistas, as políticas de desenvolvimento rural, que possibilitem às pessoas, a partir de entendimentos coletivos, buscar melhor qualidade de vida e compreender a importância do mundo sindical, (re) afirmando a identidade de classe. (Texto Base, 12º CNTTR)
- Proteção infanto-juvenil;
Sensibilizando as lideranças sindicais do MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em propor aos agricultores e agricultoras familiares para fortalecer a luta contra o trabalho infantil no campo, construir uma política de proteção e educação infantil do campo com garantia de acesso das crianças à escola na área rural
- Saúde;
Levantando a bandeira do Saneamento Básico Rural que está na agenda do MSTTR há anos, abrindo as portas de sua sede para atendimento em parceria com órgãos públicos e privados, oferecendo atendimento de saúde bucal e saúde dos olhos, programas de vacinações e palestras, focando na saúde do idoso, mulheres e gestantes.
- Previdência social;

A Previdência Social apresenta-se como uma das principais políticas de proteção social no campo, promotora de desenvolvimento, de garantia de bem-estar das famílias rurais e de combate às desigualdades (Texto Base, 12º CNTTR). Desta forma o STTR mantém seu banco de dados atualizados, informando os aposentados para que os mesmos tenham seus benefícios assegurados, fazendo os pedidos e encaminhamentos para a obtenção dos benefícios.

- Inclusão digital;

A inclusão digital é atualmente uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, para tanto o STTR desenvolve junto aos seus colaboradores e associados incentivos ao uso das mídias digitais através de capacitações fornecidas pela CONTAG, FETARN e outros órgãos parceiros (imagem 2).



Imagem 2: Comissão Jovem participando do ENFOC, 2016.
Fonte: STRAF Lagoa d'Anta

Nesta mesma linha de luta e engajamento de melhorias voltadas a Agricultura Familiar destacam-se as lutas e reivindicações:

- Organização e luta das Mulheres Trabalhadoras Rurais;
- Organização e luta da Juventude Trabalhadora Rural;

- Organização e luta dos Agricultores (as) Familiares da Terceira Idade;
- Formação Político Sindical;
- Fortalecimento da política de comunicação.

5 A AÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS E SUA IMPORTÂNCIA

O meio pelo qual se desenvolvem os trabalhos executados no sindicato rural, justifica-se por sua capacidade de incentivos e busca alternativas que impulsionam o homem do campo e a agricultura familiar, como seus principais meios de serviços. Falar de Agricultura Familiar é pensar na geração de emprego e renda para toda família produtora do meio rural.

Neste sentido, Santos (2001, p.229) afirma que:

A opção pela agricultura familiar justifica-se por sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda a baixo custo de investimento. A sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos é fator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. Sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno sócio-econômico local. A falta de incentivos à agricultura familiar tem gerado a marginalidade dos jovens trabalhadores e trabalhadoras, envolvendo-os em drogas, prostituição, gravidez precoce etc.

Outro fator importante na atividade desenvolvida pelo sindicato são as suas filiações e parcerias, obtidas através de lutas que atualmente data de 30 anos no novo formato do sindicalismo rural no Brasil. Segundo pesquisa do IBGE (2001) o século iniciou com cerca de 10.200 (dez mil e duzentos) sindicatos de trabalhadores existentes no Brasil dos quais 3.911 (três mil novecentos e onze) são rurais, cerca de 38% do total, entre este montante 9,1 milhão de associados, o que corresponde a 47% do total de trabalhadores associados no país.

Cardoso (2014, p. 21) diz:

Antes de mais nada, é útil lembrar que havia no Brasil, em 2013, pouco mais de dez mil sindicatos de trabalhadores com registro ativo no Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), e quase cinco mil de empregadores. Havia, também, três mil entidades de trabalhadores com registros ainda por serem validados pelo MTE. Dos sindicatos ativos de trabalhadores, 75% eram filiados a uma das centrais sindicais existentes, e dos que eram filiados, 30% estavam na Central Única dos Trabalhadores (CUT), 22% na Força Sindical, 14% na Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NTSC) e outros 14% na União Geral dos Trabalhadores (UGT). Os demais se distribuíam por outras oito centrais sindicais.

Tais filiações servem para fortalecer e aumentar o poder de conquista que vem sendo crescente pouco a pouco, porém o suficiente para garantir a permanência do homem no campo. Devido à grande demanda existentes identificadas no campo tais fortalecimentos servem para assegurar as políticas públicas, que estão presentes na vida cotidiana da população do campo e da cidade, garantindo assim os direitos sociais de todos, possibilitando que os mesmos se sintam parte integrante da sociedade, que geralmente são desiguais e diferentes em níveis “políticas sociais que, quando aplicadas de forma eficiente, promovem melhoria na qualidade de vida de toda a população, atendendo homens, mulheres, jovens, crianças, adultos e pessoas da terceira idade” Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG, 1998, p. 24).

Foi através da criação e das relações conquistadas pelas Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras (STTRs), que encaminham as temáticas colaborando e negociando nos estados e municípios. Uma das ações demandadas é a luta pela implementação e consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRSS).

Segundo Santos (2001, p.226):

O ponto de partida para a elaboração e implantação de um projeto alternativo é a concepção de desenvolvimento. Até recentemente havia uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Isto permitia que o desenvolvimento dos países fosse medido apenas pelos níveis da renda per capita. Esta identificação, porém, tem sido amplamente contestada, especialmente porque crescimento e desigualdade social têm andado lado a lado.

Desde 2001 vem surgindo no país uma disputa pela representação da agricultura familiar a FETRAF - Federações de Trabalhadores na Agricultura Familiar surgiu através de cooperativas de pequenos produtores dos Estados da Região Sul. A entidade está sendo estimulada pela CUT, que pretende assim fortalecer os sindicatos ao embate por políticas públicas de interesse dos pequenos produtores rurais. Em 23 de novembro de 2005 é fundada a Fetraf-Brasil/CUT - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (CORSO, 2005). Como salienta Picolotto (2014, p.222):

O surgimento de uma nova estrutura sindical de agricultores familiares aliada com a reestruturação do sindicalismo dos trabalhadores rurais da CONTAG com vistas a dar certa centralidade a este público produziu uma situação de concorrência por bases, sobre quem poderia

falar em nome da categoria, sobre o uso da identidade social da agricultura familiar, sobre o capital simbólico acumulado por essa nova categoria e uma disputa no âmbito da legitimidade. Essa situação de concorrência entre FETRAF e CONTAG tem possibilitado pôr em evidência duas formas de organização sindical distintas, mas que em matéria de base social e programa político para o setor agropecuário se aproximam.

Para a CONTAG o apoio dado a FETRAF pela CUT é uma afronta, isso se reflete nas reuniões promovidas pela CONTAG junto aos sindicatos associados, como visto por nós algumas vezes. Tal disputa entre estas organizações fez com que a CUT criasse uma comissão composta de representantes da CONTAG, da FETRAF e da Executiva Nacional da CUT com o objetivo de garantir a solução para a questão da organização e do projeto da CUT no campo, preservando a unidade dos cutistas (CUT, 2008, p.48). Com a intenção de diminuir essa disputa a CUT impõe algumas restrições para o processo de reconhecimento de FETRAFs e sindicatos onde FETAGs e sindicatos filiados à CUT já atuam (PICOLOTTO, 2014).

1. Nos estados onde as Federações de Trabalhadores na Agricultura estiverem filiadas à CUT não serão reconhecidos e/ou filiados pela CUT, os SINTRAFs e FETRAFs.
2. Nos estados onde as Federações estiverem filiadas a outras Centrais, a CUT reconhece e filia as Federações e Sindicatos diferenciados (assalariados e agricultura familiar) (CUT, 2009, p.87).

As demandas alçadas via homem do campo, que compete ao sindicato dispõe também a relação de gênero, onde homens e mulheres desempenham papéis distintos, no entanto com a mesma finalidade. A falta de oportunidades para o meio rural faz com que os jovens deixem o campo para estudar, esse processo faz com que também o jovem perda oportunidades fazendo com que estes deixem o campo. Para que isso não aconteça é necessária à iniciativa do sindicato rural no incentivo a educação do campo, algo importante para que a propriedade da família tenha continuidade, garantindo assim a permanência do homem no campo e da agricultura familiar.

Outro trabalho desenvolvido pelo sindicato é a igualdade de gênero, garantido também direitos para as mulheres trabalhadoras rurais, que geralmente sofre violência e preconceito (imagem 3). A trajetória de luta vivenciada e conquistada

através sindicato rural de Lagoa D'Anta tem passado por momentos conturbados algo que vem sendo superado nos últimos anos através de uma participação mais efetiva de seus associados, fortalecendo ligações às quais o sindicato está integrado, como FETAGs (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e CUT (Central Única dos Trabalhadores), o que fortaleceu e muito a integração de seus membros e seus associados.



Imagem 3: Representatividade feminina na diretoria do STRAF
Fonte: STRAF Lagoa d'Anta, 2017

Mesmo diante de tantas melhorias os desafios continuam, fortalecer a permanência do homem no campo para a soberania alimentar, tem sido uma forte experiência vivenciada pela luta sindical. Na busca em manter a manutenção do homem camponês, com políticas de ampliação e melhor distribuição de renda, fortalece elementos importantes para a permanência da agricultura familiar e a sucessão rural. A concorrência é desleal, enquanto a agricultura empresarial se abastem de inúmeras possibilidades de fazer sua manutenção, a agricultura familiar sobre com dificuldades técnicas e financeiras.

De acordo com SANTOS e MODESTO NETO (2017, p. 5)

Apesar da importância da agricultura familiar para o país, as políticas

públicas adotadas ainda privilegiam os latifundiários. Como exemplo, cita-se o plano de safra 2011/2012, em que R\$ 107 bilhões foram destinados à agricultura empresarial enquanto que apenas R\$ 16 bilhões foram destinados aos produtores familiares. Apesar disso, a agricultura familiar gera, em média, 38% da receita dos estabelecimentos agropecuários do país e emprega aproximadamente 74% dos trabalhadores agropecuários do país.

Outro fator que contribui para a diminuição do número de sucessões rurais é dentro das próprias famílias, que tratam o serviço rural como um trabalho secundário de pouco valor remunerado. Cabe então neste caso ao sindicato buscar saída para fortalecer a permanência dessas pessoas no campo, buscando incentivos em infraestrutura, crédito e melhorias na saúde e educação ao trabalhador rural.

Segundo Bianchini (2013):

A geração atual de agricultores familiares discute o tema sucessão pois hoje o número de jovens de 15 a 24 anos já é inferior ao número de estabelecimentos. Falta lazer, renda, projetos de incentivos e políticas públicas, para atrair os jovens na agricultura familiar. Jovens que permanecem no meio rural são principalmente de famílias com condições econômicas melhores, propriedades próximas a cidades e com infraestrutura melhores.

De fato, existem políticas de fortalecimento e incentivo a permanência e a sucessão rural do trabalhador do campo, uma das alternativas são as linhas de crédito do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como o PRONAF Jovem (imagem 4). De acordo com VIANA (2016), o Pronaf Jovem favorece a pessoas entre 16 e 29 anos que possuam DAP (declaração de aptidão ao Pronaf) e que atendam uma ou mais das seguintes condições:

1. Tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
2. Tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um ano, curso de ciências agrárias ou veterinária em instituição de ensino superior, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
3. Tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
4. Tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira; e
5. Tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) (VIANA, 2016, p.1).



Imagem 4: Comissão Jovem no seminário em prol da sucessão rural
Fonte: STRAF Lagoa d'Anta

A entidade tem buscado parcerias para envolver ainda mais jovens e mulheres na permanência no campo. De acordo com Lamas (2017, p. 1)

No Brasil, falar sobre a importância dos agricultores familiares é algo que chega a ser redundante. Muitos dos produtos que chegam à mesa da população brasileira, tanto sob o ponto de vista quantitativo quanto da diversidade, têm origem na agricultura familiar. Alguns deliciosos exemplos, são: o queijo da Serra da Canastra, o moranguinho, a amora, a uva, o feijão, as verduras, a mandioca, dentre vários outros alimentos.

Boa parte do que é produzido por meio da agricultura familiar, tem a participação efetiva da mulher e dos jovens, esposas e filhos, que ajudam nos serviços da roça, manejo do gado e produção de algum alimento. A representatividade da mulher tem crescido gradativamente nos últimos anos. De acordo com o censo do IBGE em 2010, dos domicílios rurais, cerca de 50% residem também mulheres, nessa mesma proporção estão associadas ao sindicato rural de Lagoa d'Anta. Nesse cenário onde as mulheres ocupam também as frentes de

trabalho, há uma busca na representatividade junto aos órgãos que buscam melhorias para as mesmas.

Segundo Mota (2009, p. 02)

O ano de 1995 pode ser tomado como marco para o reconhecimento da inclusão feminina no sindicalismo rural, quando as mulheres, "sistemática e organizadamente (procederam) a ocupação dos espaços nas instâncias de decisão do Movimento Sindical — não apenas enquanto dirigentes sindicais, mas enquanto mulheres comprometidas com as bandeiras específicas das mulheres" Desde aquele ano, as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, vêm de diferentes modos assumindo a presença e a integração das mulheres.

Nas últimas décadas, a inclusão feminina no sindicalismo rural, tem crescido o número de ocupação dos espaços de decisões do movimento sindical por mulheres. Atualmente é bastante significativo a luta das mulheres no comprometimento das suas lutas específicas, a presença e integração das mulheres está fortemente enraizada nas federações e sindicatos de trabalhadores rurais. Tal engajamento fez com que fosse incluído o nome trabalhadoras ao lado de trabalhadores fortalecendo assim a igualdade de gênero, esse fortalecimento ainda é lento, porém muito se tem avançado e a presença da mulher, tanto nos postos de diretoria sindicais quanto apenas sindicalistas.

A ação política das mulheres no sindicalismo rural, tem se revelado como parte importante da sua atuação enquanto trabalhadora e cooperadora familiar. Essas ações tomaram espaços que antes pertenciam apenas aos homens, ampliando sua participação, o que representa uma expressivamente o avanço da luta da mulher em busca de melhorias também para si. Tais avanços em relação a participação da mulher na luta pelos seus direitos como protagonistas que também são, se fortaleceu e está representado através de um nome: Margarida Maria Alves, paraibana do município de Alagoa Grande, que foi morta em 12 de agosto de 1983 (imagem 5).



Imagem 5: Membros do STRAF na Marcha das Margaridas (2015)
Fonte: STRAF Lagoa d'Anta

A luta de Margarida Maria Alves inspirou a Marcha das Margaridas, que ocorre desde de 2000, onde milhares de mulheres agricultoras, indígenas, quilombolas e sindicalistas seguem em marcha em Brasília. A marcha trata de reivindicações históricas como agilidade na reforma agrária e igualdade de direitos (AGENCIA BRASIL, 2015). O Nome da líder sindical serviu de base para que nas marchas sejam elaboradas reivindicações específicas das mulheres e de interesse da trabalhadora rural, pautas que são debatidas, construídas e negociadas com ampla participação das mulheres a nível municipal, estadual e nacional. (CONTAG, 2014).

Com quase dois mil associados o sindicato de Lagoa d'Anta dispõe a seus associados negociações trabalhistas, solicitações junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social, de salário maternidade, pensão por morte, aposentadorias e auxílio doença. São cerca de 200 mediações por ano, considerado um número alto em vista a outros sindicatos da região, essa demanda crescente se dá pelo envolvimento dos associados na luta pelas melhorias do trabalhador e trabalhadoras da agricultura familiar no município, uma vez que tal participação possibilita um melhor diálogo para onde se deve manter o foco, além das parcerias que se mantém junto a FETARN - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, CONTAG e outros órgãos colaboradores.

No ano de 2017 se contabilizou junto a diretoria 1216 (mil duzentos e dezesseis) associados, dos quais 413 (quatrocentos e treze) são homens e 719 (setecentos e dezenove) são mulheres e 84 jovens de ambos os sexos. Atualmente verificamos um aumento significativo da procura pelos agricultores e agricultoras familiares pelo auxílio do sindicato frente as suas necessidades, sejam elas meramente instrutiva ou com finalidade de obtenção de algum benefício. Esse aumento se deve nas melhorias feitas pela equipe de gestão, através capacitação da equipe para atendimento e uso das mídias digitais, facilitando o acesso as negociações e marcações para os associados, resultando nos últimos quatro anos um aumento de 50% de associados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do sindicalismo rural no Brasil é bem antiga e tem início a partir dos primeiros anos do século XX, no entanto só a partir da década de 1940 é que surgiram as primeiras organizações de trabalhadores do campo formalizado pelo Decreto-Lei nº 7038 de 1944. Essas lutas ganharam força em prol da reforma agrária, como objetivo de melhorar distribuição e estruturação de renda ao homem do campo, após isso as lutas se fortaleceram com as Ligas Camponesas na década de 1950. Daí em diante, apoiados pelas lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCB) e Igreja Católica, juntamente com a Ação Popular na década de 1960, começa então a surgir representações pela sindicalização rural.

Com essa impulsão diversas entidades aparecem no cenário nacional como a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outros, fez surgir daí por diante a história do sindicalismo rural, que ganha forças em busca da reforma agrária e na luta pela terra. Do mesmo modo surge no Estado do Rio Grande do Norte, apoiado pela Igreja Católica o início das lutas em apoio ao trabalhador rural com a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR), criado pelo Dom Eugênio de Araújo Sales, alguns sindicatos também foram criados através da Igreja Católica como exemplo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo do Potengi pelo Padre Expedito Sobral de Medeiros.

Muitos sindicatos funcionavam de forma menos abrangente ou como delegacias pertencentes a sindicatos com sede em outro município, como foi o caso de Lagoa d'Anta, que pertencia a Sindicato os Trabalhadores Rurais de Nova Cruz desde 1976. Só em 2001 fixa sua sede própria no município. O Sindicalismo Rural no trato da luta pela permanência do homem no campo e pelo fortalecimento da Agricultura Familiar, tem mostrado uma relevante importância no desempenho do seu papel frente as relações que levam a conquista de melhorias para o trabalhador e produtor rural de pequeno porte como os agricultores familiares.

Isso só é possível através das relações entre seus representantes e filiações como FETAG, CONTAG, CUT e outros. Em meio essa disputa por representatividade surge também disputas internas, entidades que surgem buscando representar os agricultores rurais. Essa disputa que aparentemente visa

fortalecer a causa, por outro lado cria um ambiente de insatisfação, já que muitos sindicatos sofrem influências políticas externas, que hora filiam-se a uma entidade, outra hora tornam a mudar novamente. É o caso da FETRAF e CONTAG, ambas disputam a braço-de-ferro filiações de sindicatos municipais, embora ambas estejam ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o objetivo delas seja o mesmo.

Ao analisar como são desenvolvidas as políticas que visam atender as demandas do trabalhador e trabalhadora rural, nos seus mais amplos graus de atuação, gênero e faixa etária das famílias da agricultura familiar do município de Lagoa d'Anta, notamos um generoso esforço na tentativa de representar os trabalhadores rurais. Boa parte desse avanço nos últimos anos se deu ao fato de boa parte dos membros que compõem a diretoria e secretariado do STRAF são agricultores e agricultoras. A análise que apresentamos nos faz perceber que embora ainda exista tantos contratempos, a luta persiste num sindicato rural formado pela sua maioria mulheres nos cargos de diretoria e secretariado. Muitos avanços foram percebidos, outros ainda caminham a passos lentos.

As relações estabelecidas nos vínculos entre associados e direção, prevalece a tentativa de manter um nível organizacional entre seus mediadores que atuam no sindicato. Notamos, contudo, uma vez estado atuando também junto aos trabalhos desenvolvidos pela entidade como secretária até o ano de 2017, que as políticas desenvolvidas têm um objetivo de aumentar o nível de participação, visando atender as necessidades específicas de cada um. Quando a participação é coletiva e abrangente, se torna mais fácil das necessidades específicas serem sanadas, o fato é que quando uma necessidade específica passa a ser conjunta, a obtenção do resultado tende a ser mais positivo.

Neste ponto, podemos perceber que, as iniciativas promovidas pelas entidades que assumem o papel de representantes das lutas e causas sindicais no meio rural, embora exista vários empasses e dúvidas enquanto a seus vínculos políticos, o sindicato em questão juntamente com a CONTAG, FETARN e demais órgãos, tem se comprometido com aqueles que o buscam para obter auxílio nas conquistas de melhorias em prol da agricultura familiar de subsistência.

Diante do que expomos aqui, podemos dizer que as políticas desenvolvidas pelo STRAF de Lagoa d'Anta, tem atendido um resultado satisfatório, mesmo que mínimo. No cenário em que vivemos nos últimos anos, tem deixado um clima de insegurança para todos, isso faz com que as pessoas não se sintam representadas

em suas categorias. No entanto o embate promovido pela entidade não recuou e tem permanecido inalterado até então. Como conclusão podemos dizer que o papel proposto pelo sindicato se cumpre e os benefícios oferecidos são refletidos quando averiguamos o aumento do número de atendimento diário e a busca por informações pertinentes as necessidades do trabalhador e trabalhadora rural.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASIL. Entenda o que é a Marcha das Margaridas e quem são as participantes. UOL Notícias Política, 12 de agosto de 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/08/12/entenda-o-que-e-a-marcha-das-margaridas-e-quem-sao-as-participantes.htm>. Acessado em: 09 de maio de 2018.

BALSADI, O. V. Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo Em Perspectiva, 15(1) 2001, 155-165.

BIANCHINI, V. Sucessão na Agricultura Familiar. Relendo Rosani Spavanelo, UFSM/CESNRS. V Acampamento da Juventude Rural do Sul do Brasil – CEDEJOR, 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/redejovemrural/apresentao-bianchini-mda-ok>. Acessado em: 24 de abril de 2018.

BRITO, M. J. de; BRITO, V. da G. P.; CAPPELLE, M. C. A.; SILVA, P. J. Sindicalismo e Processo de Negociação Coletiva no Espaço Rural Mineiro: Uma Análise Retrospectiva da Década de 1990. Organizações & Sociedade - v.11 - n.30 - maio/agosto – 2004. 1-17 p.

CARDOSO, Adalberto. Os sindicatos no Brasil. IPEA - Mercado De Trabalho, 56, fev. 2014.

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Disponível em: <https://www.contag.org.br/index.php?action=1>

CONTAG. 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. março-abril/1998. CONTAG, Brasília (DF), 1998, 181 p.

CONTAG. Marcha das Margaridas. Projeto para Captação de Recursos. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, dezembro/2014.

CORSO, C. NASCE A FETRAF-BRASIL/CUT. CUT Paraná, 2005. Disponível em : <http://www.cutpr.org.br/destaque-lateral/302/nasce-a-fetrafr-brasil-cut>. Acessado em: 07 de maio de 2018.

CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária: Igreja Católica e Sindicalismo Rural 1960-1964. Campina Grande. UFPB 1982, dissertação.

CUT. Caderno de Resoluções da XII Plenária Nacional da CUT. São Paulo: CUT, 2008.

CUT. Resoluções do X CONCUT – Desenvolvimento com trabalho, renda e direitos. São Paulo: CUT, 2009.

DUTRA, H. T. A História de uma Campanha. Monografia (Curso de especialização em História). Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó/RN, 2003.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 69 - 83.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc. v.21 n.62 São Paulo out. 2006, p. 27- 44.
 IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Lagoa D'Anta/RN. 2018. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=240620&idtema=16&search=rio-grande-do-norte|lagoa-d`anta|sintese-das-informacoes->. Acessado em: 21 de abril de 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Sindicatos%20Indicadores%20Sociais/Sindicato%20Indicadores%20Sociais%202001.pdf>. Acessado em: 21 de abril de 2018.

LAMAS, F. M. Organização da agricultura familiar é mais que uma necessidade. Sociedade Nacional de Agricultura, 2017. Disponível em: <http://sna.agr.br/artigo-organizacao-da-agricultura-familiar-e-mais-que-uma-necessidade/>. Acessado em 18 de Março 2018

LAZZARETT, M. Â. SABOURIN, E. Representação E Construção Da Ação Coletiva Nos Sindicatos Rurais In: 37º Congresso da SOBER., agosto de 1999, Foz de Iguaçu-PR. 1-10 p.

MEDEIROS, L. S. de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989, 216p.

MOTA, M. D. B. Mulheres no sindicalismo rural – reconfigurando a política. ANPUH In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009, p. 1-12.

PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 204-236.

PICOLOTTO, E. L. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. Revista Espaço Acadêmico – Nº 12 – Janeiro de 2012, Mensal – Ano XI, p. 159-167.

PREFEITURA DE LAGOA d'ANTA. Portal do Município. História do Município - 2013. Disponível em: <https://lagoadanta.rn.gov.br/index/municipio/historia-do-municipio/>. Acessado em: 14 de maio de 2018.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 979, DE 6 DE JANEIRO DE 1903 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm acessado em: 29 de Set. de 2016.

Pronaf Jovem (2016). Disponível no site do BNDES: Acessado em 18 de março de 2018. Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_jovem.html.

QUEIROZ, A. A. de. Para que serve e o que faz o movimento sindical. Brasília, DF : DIAP, 2013. 68 p. : il. ; (Série Educação Política do DIAP)

SANTOS, Dulce Pereira dos, MODESTO NETO, Gilson Veloso. A Agricultura Familiar na Comunidade Rural de Vargem de Baixo Município De Montes Claros/Mg. Universidade Estadual Montes Claros – UNIMONTES – MONTES CLAROS - MG, 22 a 25 de novembro de 2017.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Estud. Av. vol.15 nº 43, São Paulo Set./Dez. 2001, 225-238.

SAUER, S. Reforma Agrária e o Sindicalismo Rural: A Luta Pela Terra No “Entorno” De Brasília. Brasília/DF, agosto de 1999. p. 1-34.

SILVA, D. M. M. da. Desafios e Limites da Prática Política do Sindicalismo Rural: Um Estudo de Caso em São Paulo do Potengi/RN. Dissertação (Mestrado em Serviço Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, M. G. Da; Dias, M. M.. Organização Política, Agricultura Familiar e Estratégias de (Des)Envolvimento Local: O Caso de Espera Feliz-MG, P. 02-19. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Textos em Discussão de Extensão Rural.

SOUZA, A. R. de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

Texto Base Do 12º Congresso Nacional Dos Trabalhadores Rurais Agricultores E Agricultoras Familiares 12º CNTTR 13 a 17 de março de 2017 / Brasília – DF. CONTAGs, FETAGs e STTRs. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f2640documento-base-12-cntrtr.pdf>. Acessado em 30 de abril de 2018.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O Sindicalismo Rural no Brasil, no Rastro dos Antecedentes. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Nº15, 15 de Janero de 1998.

VIANA, T. Crédito do Pronaf também é para jovens rurais. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Casa Civil. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 22 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cr%C3%A9dito-do-pronaf-tamb%C3%A9m-%C3%A9-para-jovens-rurais>. Acessado em: 23 de agosto de 2017.

VIANAS, Sagadas. Instituições de direito do trabalho. 8. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

WANDERLEY, M. de N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.